Cooibrigada: Karina Pereira Dias, CPF 090.125.066-03, Rua Nossa Senhora de Fátima, n.º 1.231, Vila Nossa Senhora de Fátima – Belo Horizonte – MG.
 Termo de autodenúncia 05.000260631-24 de 17/02/2016.
 Juiz de Fora, 26 de julho de 2018.
 Evaldo Luiz Goulart de Mattos – masp 262.535-8
 Chefe da AF 1º Nível/Juiz de Fora

SRF I / JUIZ DE FORA – DFT/MURIAÉ INTIMAÇÃO

Nos termos da legislação vigente, fica(m) o(s) autuados abaixo identificado(s) intimado(s) a promover(em), no prazo de 30 (trinta) dias a contar desta publicação, o pagamento/parcelamento/impugnação dos créditos tributários constituídos mediante o PTA a seguir relacionado, sob pena de revelia e reconhecimento dos créditos tributários, circuns-tância em que a peça fiscal será encaminhada para inscrição em dívida ativa e execução judicial, inclusive no caso de decisão irrecorrível no CC/CMG favorável à Fazenda Pública Estadual.
 Auto de Infração nº 01.001005689-29
 Autuado: Auto Serviço Miradouro Ltda
 IE: 002.764073.00-15
 CNPJ: 24.845.258/0001-57
 Marginal da Rodovia 116,s/n, BR– Miradouro/MG – Cep.36.893-000.
 Fica o contribuinte ora identificado, optante pelo Simples Nacional previsto na Lei Complementar nº 123/2006 aplicável às Micro-empresas e às Empresas de Pequeno Porte, notificado também, de que foi iniciado, através do Termo de Exclusão do Simples Nacional nº 24.845.258/05.439.210/13062018, lavrado em 13/06/2018, o processo de sua exclusão, de ofício, do referido Regime em virtude do cometimento de irregularidades descritas no Auto de Infração nº 01.001005689-29.A presente exclusão decorre da constatação de prática reiterada de infração ao disposto na Lei Complementar nº 123/2006, e de falta de emissão regular de documento fiscal de venda de mercadoria, de forma reiterada, nos termos do que prevê o art. 29, incisos V e XI, §§ 1º e 3º, da citada Lei Complementar, assim como o art. 76, inciso IV, alíneas “d” e “j”, §§ 3º e 6º, inciso I, da Resolução CGSN nº 94, de 2011. Para tanto, e conforme o disposto no art. 75, §§ 1º e 2º, da Resolução CGSN nº 94, de 2011, fica o contribuinte supra citado notificado do presente TERMO DE EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL, o qual poderá em consonância com o disposto no art. 29, §5º e art. 39, ambos da Lei Complementar nº 123/2006, c/c os artigos 117 a 119 do RPTA/MG (Decreto nº 44.747/2008), apresentar Impugnação, por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias contados desta publicação, dirigida ao Conselho de Contribuintes do Estado de Minas Gerais – CC/MG. Tal impugnação poderá constar da mesma peça impugnatória do Lançamento de ofício referente ao Auto de Infração acima mencionado. Não havendo impugnação ao presente Termo de Exclusão, este se tornará efetivo depois de vencido os respectivos prazos, observando-se, quanto aos efeitos da exclusão, o disposto no art. 76, Inciso IV, alíneas “d e j”, §§ 3º e 6º, inciso I, da Resolução CGSN nº 94, de 2011. No presente caso, o mês de apuração inicial considerado para fins de exclusão será a partir de 01 de outubro de 2016.
 Muriaé, 27 de julho de 2018
 Cássio Grayson Martins Novaes – Delegado Fiscal de Trânsito da DFT/Muriaé.

27 1127426 - 1

SRF I - Uberaba

SRF UBERABA – AF/1º NÍVEL - UBERABA INTIMAÇÃO

Fica o sujeito passivo intimado da lavratura da peça fiscal abaixo relacionada. Informamos que é de 30 (trinta) dias, a contar da publicação, o prazo para liquidação do crédito tributário com as reduções legais. Comunicamos que não cabe impugnação em relação ao referido PTA por se tratar de crédito tributário de natureza não contenciosa e que a falta de pagamento ou parcelamento implicará inscrição em dívida ativa e cobrança judicial.
 Maiores esclarecimentos poderão ser obtidos nesta repartição fazendária localizada na Av. Gabriela Castro Cunha, 450. Uberaba/MG. CEP: 38066-000.
 PTA/Nº: 01.001031421.83
 Sujeito Passivo: Letícia Lara Ribeiro
 CPF: 125.998.356-07
 End: Avenida Amor-Perfeito, nº 100, Bairro Senhora de Fátima. Betim/MG. CEP: 32672-265
 PTA/Nº: 01.001030959.83
 Sujeito Passivo: Wilson Pires da Costa
 CPF: 040.287.896-56
 End: Rua Antúrios, nº 217, Bairro Lindeia. Belo Horizonte/MG. CEP: 30690-120.
 PTA/Nº: 01.001031356.67
 Sujeito Passivo: Ailton Gonçalves Guimarães
 CPF: 273.608.656-20
 End: Rua Prof. José Geraldo Guimarães, nº 285, Conjunto Guanabara. Uberaba/MG. CEP: 38080-520.
 Uberaba, 27 de julho de 2018.
 Wagner José da Silva Júnior - Chefe AF/ 1º Nível/ Uberaba

SRF UBERABA - DFT/2º NÍVEL/UBERABA AUTO DE INÍCIO DE AÇÃO FISCAL - AIAF

1 - Nos termos do art. 69, inciso I c/c art.10, § 1º, ambos do Regulamento do Processo e dos Procedimentos Tributários Administrativos (RPTA), aprovado pelo Decreto nº 44.747/08, fica o contribuinte abaixo indicado, por não ter sido possível a intimação por via postal, NOTIFICADO de que fora lavrado o Auto de Início de Ação Fiscal (AIAF) nº 10.000025382.18 – CASA BLANCA FRIOS E CONGELADOS LTDA, Rua Tenente Milton Paixao, 445, Bairro Vila Celeste, Uberaba/MG, CEP 38061-605.
 Período Fiscalizado: 01/05/2016 a 31/12/2017. Sendo o objeto da Auditoria, verificar as inconsistências das operações de saída de mercadorias visto que as informações de vendas no Cartão de Crédito/Débito, fornecidas pelas administradoras de cartão à SEF/MG, são superiores ao faturamento declarado pelo contribuinte no período.
 2- Fica o contribuinte intimado a apresentar no prazo de 05 (cinco) dias, a contar desta publicação, na Delegacia Fiscal de Trânsito de Uberaba, localizada na Avenida Gabriela Castro Cunha, nº 450, Vila Olímpica, Uberaba/MG, CEP 38.066-000: Extratos mensais de apuração do Simples Nacional (PGDAS Extrato) e Declaração Anual do Simples Nacional(DASN/DEFIS) transmitidas; documentos fiscais das operações de saída emitidos pelo contribuinte; demais documentos que justifiquem as inconsistências verificadas no confronto entre os valores declarados em DASN e os valores informados pelas Administradoras/Operadoras de Cartão de Crédito/Débito; tudo referente ao período fiscalizado.
 3- Este procedimento retira do contribuinte qualquer benefício relacionado com o recolhimento espontâneo de tributo em atraso, o qual fica sujeito à penalidade cabível em razão de ação fiscal.
 Nome: CASA BLANCA FRIOS E CONGELADOS LTDA
 I.E.: 002567741.00-20 - CNPJ: 22.567.313/0001-69
 Endereço de correspondência cadastrado: CASA BLANCA FRIOS E CONGELADOS LTDA, Rua Tenente Milton Paixao, 445, Bairro Vila Celeste, Uberaba/MG, CEP 38061-605.
 Uberaba, 26 de julho de 2018.
 Andre Luiz Tucci
 Delegado Fiscal de Trânsito de Uberaba

SRF UBERABA - DFT/2º NÍVEL/UBERABA AUTO DE INÍCIO DE AÇÃO FISCAL - AIAF

1 - Nos termos do art. 69, inciso I c/c art.10, § 1º, ambos do Regulamento do Processo e dos Procedimentos Tributários Administrativos (RPTA), aprovado pelo Decreto nº 44.747/08, fica o contribuinte abaixo indicado, por não ter sido possível a intimação por via postal, NOTIFICADO de que fora lavrado o Auto de Início de Ação Fiscal (AIAF) nº 10.000024855.72 – DU BAR MARRECOS LTDA, Rua Igaracá, 544, Loja 02, Bairro Novo Eldorado, Contagem/MG, CEP 32341-230.
 Período Fiscalizado: 01/01/2013 a 31/12/2017. Sendo o objeto da Auditoria, verificar as inconsistências das operações de saída de mercadorias visto que as informações de vendas no Cartão de Crédito/Débito, fornecidas pelas administradoras de cartão à SEF/MG, são superiores ao faturamento declarado pelo contribuinte no período.
 2- Fica o contribuinte intimado a apresentar no prazo de 05 (cinco) dias, a contar desta publicação, na Delegacia Fiscal de Trânsito de Uberaba, localizada na Avenida Gabriela Castro Cunha, nº 450, Vila Olímpica, Uberaba/MG, CEP 38.066-000: Extratos mensais de apuração do Simples Nacional (PGDAS Extrato) e Declaração Anual do Simples Nacional(DASN/DEFIS) transmitidas; documentos fiscais das operações de saída emitidos pelo contribuinte; demais documentos que justifiquem as inconsistências verificadas no confronto entre os valores

declarados em DASN e os valores informados pelas Administradoras/Operadoras de Cartão de Crédito/Débito; tudo referente ao período fiscalizado.
 3- Este procedimento retira do contribuinte qualquer benefício relacionado com o recolhimento espontâneo de tributo em atraso, o qual fica sujeito à penalidade cabível em razão de ação fiscal.
 Nome: DU BAR MARRECOS LTDA
 I.E.: 001.004029.00-33 - CNPJ: 09.229057/0001-31
 Endereço de correspondência cadastrado: DU BAR MARRECOS LTDA, Rua Igaracá, 544, Loja 02, Bairro Novo Eldorado, Contagem/MG, CEP 32341-230. Uberaba, 26 de julho de 2018.
 Andre Luiz Tucci
 Delegado Fiscal de Trânsito de Uberaba

SRF/UBERABA - DFT/2º NÍVEL/UBERABA AUTO DE INÍCIO DE AÇÃO FISCAL - AIAF

1 - Nos termos do art. 69, inciso I c/c art.10, § 1º, ambos do Regulamento do Processo e dos Procedimentos Tributários Administrativos (RPTA), aprovado pelo Decreto nº 44.747/08, fica o contribuinte abaixo indicado, por não ter sido possível a intimação por via postal, NOTIFICADO de que fora lavrado o Auto de Início de Ação Fiscal (AIAF) nº 10.000025285.65 – ISADORA CAETANO DE FREITAS MOURA, Rodovia MG 190, SN KM 6 A ESQUERDA, Zona Rural, Uberaba/MG, CEP 38.106-000.
 Período Fiscalizado: 01/03/2015 a 30/09/2017. Sendo o objeto da Auditoria, verificar as inconsistências das operações de saída de mercadorias visto que as informações de vendas no Cartão de Crédito/Débito, fornecidas pelas administradoras de cartão à SEF/MG, são superiores ao faturamento declarado pelo contribuinte no período.
 2- Fica o contribuinte intimado a apresentar no prazo de 05 (cinco) dias, a contar desta publicação, na Delegacia Fiscal de Trânsito de Uberaba, localizada na Avenida Gabriela Castro Cunha, nº 450, Vila Olímpica, Uberaba/MG, CEP 38.066-000: Extratos mensais de apuração do Simples Nacional (PGDAS Extrato) e Declaração Anual do Simples Nacional(DASN/DEFIS) transmitidas; documentos fiscais das operações de saída emitidos pelo contribuinte; demais documentos que justifiquem as inconsistências verificadas no confronto entre os valores declarados em DASN e os valores informados pelas Administradoras/Operadoras de Cartão de Crédito/Débito; tudo referente ao período fiscalizado.
 3- Este procedimento retira do contribuinte qualquer benefício relacionado com o recolhimento espontâneo de tributo em atraso, o qual fica sujeito à penalidade cabível em razão de ação fiscal.
 Nome: ISADORA CAETANO DE FREITAS MOURA
 I.E.: 001.952471.00-05 - CNPJ: 15.432.064/0001-39
 Endereço de correspondência cadastrado: Rua Barão de Ituberaba, nº 123, APT 101, Bairro Nossa Senhora da Abadia, Uberaba/MG, CEP 38.025-230.
 Uberaba, 26 de julho de 2018.
 Andre Luiz Tucci
 Delegado Fiscal de Trânsito de Uberaba

27 1127427 - 1

SRF II - Varginha

SR II VARGINHA - DELEGACIA FISCAL DE TRÂNSITO 2º NÍVEL/POUSO ALEGRE INTIMAÇÃO

Nos termos do art. 69, inciso I c/c art.10, § 1º, ambos do RPTA, aprovado pelo Decreto nº 44.747/08, fica o contribuinte abaixo indicado, por estar em local ignorado, incerto ou inacessível, NOTIFICADO do Auto de Início da Ação Fiscal nº 10.000026240.09, tendente a apurar o cumprimento das obrigações tributárias principal e acessória, referente a omissão de faturamento de operações com cartão de crédito, debito e similares no período de 01.01.2013 a 31.12.2017.
 Fica também INTIMADO a apresentar no prazo de 72 (setenta e duas) horas, a contar desta publicação, na Delegacia Fiscal de Trânsito de Pouso Alegre, sito na Avenida Dr. João Beraldo, 986, Centro, Pouso Alegre-MG, as Declarações das vendas realizadas por meio de pagamento de cartão, dinheiro, cheque e outras formas, por período mensais; Relatório mensal de receitas brutas de que trata o Anexo XII da Resolução CGSN nº 94/2011 e Notas Fiscais de Saída, todas no período de 01.01.2013 a 31.12.2017.
 SUEIETO PASSIVO: EDIPO VINICIUS SOARES GODINHO 08043179689
 IE 001.635557.00-12 - CNPJ 12.288.233/0001-10
 Rua José Alves dos Reis, 06 - Bairro São Bernardo
 31.741-323 – BELO HORIZONTE – MG
 Pouso Alegre, 27 de Julho de 2018
 JOÃO BOSCO DE SANTANA
 DELEGADO FISCAL DE TRÂNSITO

SR II VARGINHA - DELEGACIA FISCAL DE TRÂNSITO 2º NÍVEL/POUSO ALEGRE INTIMAÇÃO

Nos termos do art. 69, inciso I c/c art.10, § 1º, ambos do RPTA, aprovado pelo Decreto nº 44.747/08, fica o contribuinte abaixo indicado, por estar em local ignorado, incerto ou inacessível, NOTIFICADO do Auto de Início da Ação Fiscal nº 10.000026236.81, tendente a apurar o cumprimento das obrigações tributárias principal e acessória, referente a omissão de faturamento de operações com cartão de crédito, debito e similares no período de 01.01.2013 a 31.12.2017.
 Fica também INTIMADO a apresentar no prazo de 72 (setenta e duas) horas, a contar desta publicação, na Delegacia Fiscal de Trânsito de Pouso Alegre, sito na Avenida Dr. João Beraldo, 986, Centro, Pouso Alegre-MG, as Declarações das vendas realizadas por meio de pagamento de cartão, dinheiro, cheque e outras formas, por período mensais; Relatório mensal de receitas brutas de que trata o Anexo XII da Resolução CGSN nº 94/2011 e Notas Fiscais de Saída, todas no período de 01.01.2013 a 31.12.2017.
 SUEIETO PASSIVO: SUPERMERCADOS J. G. LTDA.
 IE 001.070597.00-94 - CNPJ 09.553.191/0001-93
 Rua Dr. Pitagoras Barbosa de Lima, 16 - Centro
 37.350-000 – LIBERDADE – MG
 Pouso Alegre, 27 de Julho de 2018
 JOÃO BOSCO DE SANTANA
 DELEGADO FISCAL DE TRÂNSITO

SR II VARGINHA - DELEGACIA FISCAL DE TRÂNSITO 2º NÍVEL/POUSO ALEGRE INTIMAÇÃO

Nos termos do art. 69, inciso I c/c art.10, § 1º, ambos do RPTA, aprovado pelo Decreto nº 44.747/08, fica o contribuinte abaixo indicado, por estar em local ignorado, incerto ou inacessível, NOTIFICADO do Auto de Início da Ação Fiscal nº 10.000026238.43, tendente a apurar o cumprimento das obrigações tributárias principal e acessória, referente a omissão de faturamento de operações com cartão de crédito, debito e similares no período de 01.01.2013 a 31.12.2017.
 Fica também INTIMADO a apresentar no prazo de 72 (setenta e duas) horas, a contar desta publicação, na Delegacia Fiscal de Trânsito de Pouso Alegre, sito na Avenida Dr. João Beraldo, 986, Centro, Pouso Alegre-MG, as Declarações das vendas realizadas por meio de pagamento de cartão, dinheiro, cheque e outras formas, por período mensais; Relatório mensal de receitas brutas de que trata o Anexo XII da Resolução CGSN nº 94/2011 e Notas Fiscais de Saída, todas no período de 01.01.2013 a 31.12.2017.
 SUEIETO PASSIVO: VETERINÁRIA LAGOA SANTA COMÉRCIO DE PET SHOP LTDA.
 IE 001.086843.00-99 - CNPJ 10.293.110/0001-42
 Avenida João Daher, 53 - Bairro Quebra Antônio José
 33.400-000 – LAGOA SANTA – MG
 Pouso Alegre, 27 de Julho de 2018
 JOÃO BOSCO DE SANTANA
 DELEGADO FISCAL DE TRÂNSITO

SRF-II/VARGINHA-DFT/POÇOS DE CALDAS NOTIFICAÇÃO

Fica a empresa abaixo identificada, notificada de seu DESENVOLVIMENTO DO SIMEI (Sistema de Recolhimento em Valores Fixos Mensais dos Tributos abrangidos pelo Simples Nacional, devidos pelo Microempresador Individual – MEI), previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão do não atendimento no disposto em seu artigo 18-A, parágrafo 1º.
 Por exceder o valor da receita bruta anual prevista e descumprir a legislação tributária capitulada no artigo 18-A, § 7º, inciso II, alínea “b” da LC 123/06 e no artigo 105, § 2º, inciso II, alínea “a”, item 2 da Resolução CGSN 94/11, a Fazend. Estadual de Minas Gerais procede ao desenquadramento de ofício da empresa no sistema de recolhimento

citado, atendendo ao disposto no artigo 18A, § 8º da LC 123/06 e artigo 105, § 4º, inciso I da Resolução CGSN 94/11, com efeitos:
 - a partir de 01/01/2013 para fins de recolhimento de tributos, conforme artigo 105, § 2º, inciso II, alínea “a”, item 2 e § 5º da Resolução CGSN 94/11 e
 - a partir de 01/08/2013 para fins de cumprimento das obrigações acessórias, conforme artigo 103, parágrafo único, inciso II da mesma Resolução.
 Fica ainda identificado de que foi iniciado o processo de exclusão do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de ofício, autorizado no artigo 28, no § 5º do artigo 29 e artigo 33 da Lei Complementar nº 123/06, c/c art. 75, II, da Resolução CGSN nº 94, de 2011, em virtude do cometimento da irregularidade abaixo descrita, conforme discriminado no Auto de Infração nº 01.000969208-72, ora apensado.
 A presente exclusão de ofício decorre da constatação de prática reiterada decorrente de infração ao disposto na Lei Complementar nº 123, de 2006, artigo 26, inciso I. Este procedimento fundamenta-se no art. 29, inciso V e XI, §§ 1º e 3º e artigo 33 da citada Lei Complementar, com efeitos previstos no art. 76, inciso IV, alíneas “d” e “j”, §§ 3º e 6º, inciso I da Resolução CGSN nº 94, de 2011.
 Nos termos da Resolução CGSN 94/11, artigo 75, §§ 1º e 2º, fica a empresa acima identificada notificada do presente TERMO DE EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL, podendo apresentar Impugnação, por escrito, dirigida ao Conselho de Contribuintes do Estado de Minas Gerais, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da ciência deste, em consonância com o § 5º do art. 29 e o art. 39, ambos da Lei Complementar nº 123, de 2006, c/c os artigos 117 a 119 do RPTA/MG (Decreto nº 44.747/2008).
 A Referida Impugnação poderá constar da mesma peça impugnatória do lançamento de ofício referente ao Auto de Infração acima mencionado. Na hipótese de impugnação, esta deverá ser apresentada pessoalmente ou por via postal com aviso de recebimento, na Administração Fazendária a que estiver circunscrito o Contribuinte.
 Não havendo impugnação ao presente Termo de Exclusão, este se tornará efetivo depois de vencido o respectivo prazo, observando-se, quanto aos efeitos da exclusão, o disposto no art. 76, § 3º da Resolução CGSN nº 94, de 2011, sendo no presente caso 01/08/2013. Maiores esclarecimentos poderão ser obtidos nesta repartição fazendária situada na Rua Assis Figueiredo, 639 – Centro, Poços de Caldas – MG. CEP: 37.701-704.
TERMO DE DESENVOLVIMENTO DO SIMEI E EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL Nº 17077408/11518210/120318
 Sujeito Passivo: THIAGO SANTOS COUTO 08138316608 – ME – IE: 002050177.00-38 - CNPJ: 17.077.408/0001-64 - Endereço: Av. Oiapoque, 156 – Andar 01 Box 213 Sator Verde – Bairro: Centro – Belo Horizonte – MG – CEP 30.111-070.
 Poços de Caldas, 27 de Julho de 2018
 Ana Maria Loretta Cassiano
 AFRE MASP 668.392-4
 Roberto da Silva Durães
 Delegado DFT/Poços de Caldas – MASP 668.407-0

SRF-II/VARGINHA-AF/2ºN/POÇOS DE CALDAS INTIMAÇÃO

Fica o contribuinte, intimado a promover, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta publicação, o pagamento/parcelamento/impugnação do crédito tributário constituído mediante o PTA a seguir relacionado, nos termos da legislação vigente, sob pena de revelia e reconhecimento de crédito tributário, circunstância em que a peça fiscal será encaminhada para inscrição em dívida ativa e execução judicial, inclusive no caso de decisão irrecorrível no CC/MG favorável à Fazenda Pública Estadual. Maiores esclarecimentos poderão ser obtidos nesta repartição fazendária situada na Rua Assis Figueiredo, 639 – Centro, Poços de Caldas MG. CEP: 37.701-704.
 PTA 01.000691239.75
 Sujeito Passivo: THIAGO SANTOS COUTO 08138316608 – IE: 002050177.00-38 - CNPJ: 17.077.408/0001-64 - Endereço: Av. Oiapoque, 156 – Andar 01 Box 213 Sator Verde – Bairro: Centro – Belo Horizonte – MG – CEP 30.111-070.
 Poços de Caldas, 27 de Julho de 2018.
 Paulo Henrique de Souza
 Chefe/AF/2º Nível/Poços de Caldas – Masp. 309.074-3

SRF-II/VARGINHA-AF/2ºN/POÇOS DE CALDAS INTIMAÇÃO

Fica o contribuinte, intimado a promover, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta publicação, o pagamento/parcelamento/impugnação do crédito tributário constituído mediante o PTA a seguir relacionado, nos termos da legislação vigente, sob pena de revelia e reconhecimento de crédito tributário, circunstância em que a peça fiscal será encaminhada para inscrição em dívida ativa e execução judicial, inclusive no caso de decisão irrecorrível no CC/MG favorável à Fazenda Pública Estadual. Maiores esclarecimentos poderão ser obtidos nesta repartição fazendária situada na Rua Assis Figueiredo, 639 – Centro, Poços de Caldas MG. CEP: 37.701-704.
 PTA 01.000969208.72
 Sujeito Passivo: THIAGO SANTOS COUTO 08138316608 – IE: 002050177.00-38 - CNPJ: 17.077.408/0001-64 - Endereço: Av. Oiapoque, 156 – Andar 01 Box 213 Sator Verde – Bairro: Centro – Belo Horizonte – MG – CEP 30.111-070.
 Poços de Caldas, 27 de Julho de 2018.
 Paulo Henrique de Souza
 Chefe/AF/2º Nível/Poços de Caldas – Masp. 309.074-3

27 1127429 - 1

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável

Secretário: Germano Luiz Gomes Vieira

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Presidente: Germano Luiz Gomes Vieira

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM do Alto São Francisco, torna público o arquivamento do processo abaixo identificado: 1) Revalidação de Licença de Operação: * Indústria de Fariinha e Polvilho Marizex Ltda – Fabricação de Produtos Alimentares, Não Especificados ou Não Classificados – Bom Despacho /MG – PA/ Nº 08400/2006/001/2017 – Classe 3 - Motivo: Desistência do processo por parte do empreendedor. (a) Rafael Rezende Teixeira. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Alto São Francisco.

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Alto São Francisco, torna público que foi requerida a Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificada, com decisão pelo deferimento, cujo prazo de validade é de 10(dez) anos:

1) Plural Ltda – Central Geradora Hidrelétrica – CGH – Divinópolis/MG – Protocolo nº ID: 14470, a partir de 27/07/2018. (a) Rafael Rezende Teixeira. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Alto São Francisco.

27 1127351 - 1

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Jequitinhonha torna público que foi requerida a Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/RAS abaixo identificada:
 1. Veneza Mineração e Pesquisa Minerais Ltda. – Lavra a céu aberto – minerais metálicos, exceto minério de ferro; Estrada para transporte de minério /estéril externa aos limites de empreendimentos minerários; Unidade de tratamento de minerais – UTM, com tratamento a seco – Coto de Magalhães de Minas/MG. PA nº 13880/2018/001/2018.
 (a) Ângelo Márcio Gomes de Melo. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Jequitinhonha.

27 1127366 - 1

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Norte de Minas torna público que foi requerida a Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/RAS abaixo identificada, com decisão pelo indeferimento:

1. Nadson Torres Sarmento ME/Fazenda Mato do Arrozal - Estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários, unidade de tratamento de minerais - UTM, com tratamento a seco e lavra a céu aberto - rochas ornamentais e de revestimento - Cristália/MG. PA/nº 09023/2017/002/2018. Motivo: Impossibilidade Técnica.
 (a) Clésio Cândido Amaral. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Norte de Minas.

27 1127507 - 1

Pauta da 146ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Sul de Minas do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM. Data: 06 de agosto de 2018, às 13h30min. Local: Sede Regional do Sisema - Avenida Manoel Diniz, 145, Bairro Industrial JK, Varginha/MG.
 1. Execução do Hino Nacional Brasileiro.
 2. Abertura pelo Subsecretário de Gestão Regional da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Presidente da URC Sul de Minas Dr. Diogo Soares de Melo Franco.
 3. Comunicado dos Conselheiros e Assuntos Gerais.
 4. Exame da Ata da 145º RO de 02/04/2018.
 5. Processos Administrativos para exame de requerimento para Intervenção Ambiental em Bioma Mata Atlântica, em estágio de regeneração médio ou avançado, vinculados ao Licenciamento Ambiental:
 5.1 DME Distribuição S.A. - Barragens de perimização - Poços de Caldas/MG - PA/Nº 11381/2005/004/2015 - Área de RL: 0.0000 ha - APP: 75.8000 ha - Área Requerida: 0,3300 ha - Área Passível de Aprovação: 0,3300 ha - Fitofisionomia: Floresta Estacional Semidecidual e Campo Nativo - Estágio de Regeneração: Médio. Apresentação: Supram SM.
 5.2 Itajubá Energia S. A. - CGH Itajubá - Barragem de geração de energia hidrelétrica – Itajubá e Maria da Fé/MG - PA/Nº 27379/2015/001/2015 - Área de RL: 0.0000 ha - APP: 2.8929 ha - Área Requerida: 0,4484 ha - Área Passível de Aprovação: 0,4484 ha - Fitofisionomia: Floresta Estacional Semidecidual Montana - Estágio de Regeneração: Médio. Apresentação: Supram SM.
 6. Processo Administrativo para exame de Recurso:
 6.1 MMF Incorporações Ltda - Loteamento do solo urbano para fins exclusiva ou predominantemente residenciais do Glória/MG - PA/Nº 00656/2015/001/2015 - São João Batista/MG - Apresentação: Supram SM.
 7. Encerramento.
 (a) Diogo Soares de Melo Franco. Subsecretário de Gestão Regional da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Presidente da URC Sul de Minas.

O Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM torna públicas as DECISÕES determinadas pela 119ª Reunião Ordinária da Câmara Normativa e Recursal - CNR, realizada no dia 26 de julho de 2018, às 14h, na Praça Rio Branco, nº 100, mezanino do Terminal Rodoviário Governador Israel Pinheiro - Centro - Belo Horizonte/MG, a saber: 4. Exame da Ata da 117º RO de 23/05/2018 - APROVADA COM ALTERAÇÕES e Ata da 118º RO de 27/06/2018 - APROVADA. 5. Minutas de Deliberações Normativas COPAM: 5.1 Minuta de Deliberação Normativa Copam que regulamenta o disposto no art. 3º, inciso III, alínea “m” da Lei nº 20.922, de 16 de outubro de 2013, para estabelecer demais atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental para fins de intervenção em área de preservação permanente. Apresentação SEMAD. APROVADA COM ALTERAÇÕES. 5.2 Minuta de Deliberação Normativa Copam que dispõe sobre a convocação e a realização de audiências públicas no âmbito dos processos de licenciamento ambiental estadual. Apresentação: SEMAD. APROVADA COM ALTERAÇÕES. 5.3 Minuta de DN COPAM que institui o Prêmio “Natureza Gerais” e dá outras providências. Apresentação: SEMAD. APROVADA. 6. Processo Administrativo para exame de Recurso de Condicionante de Licença Ambiental: 6.1 Aliança Geração de Energia S.A (Ex Consórcio AHE Funil)/UHE Funil - Barragens de geração de energia hidrelétrica - Perdões/MG - PA/Nº 00122/1992/011/2006 - Condicionante 3 - Classe 6. Apresentação: Supram Sul de Minas. INDEFERIDO O RECURSO. APROVADA A ALTERAÇÃO DA REDAÇÃO DA CONDICIONANTE Nº 3 QUE PASSA A VIGORAR DA SEGUINTE FORMA: “Comprovar a regularização das áreas de preservação permanente (aquisição, desapropriação, instituição de servidão administrativa, ou ainda qualquer outro instrumento, inclusive particular, que demonstre o compromisso dos proprietários da faixa marginal quanto à preservação da APP e sua efetiva recomposição) pelo empreendimento, ressalvadas as áreas definidas pelo Pacuera que serão utilizadas para a implantação de polos turísticos e de lazer.” 7. Processo Administrativo para exame de Recurso da Licença Prévia concomitante com Licença de Instalação: 7.1 Caldas Energética Ltda. - Barragens de geração de energia - Hidrelétricas - Caldas/MG - PA/Nº 00525/2004/002/2011 - Classe 3 - Apresentação: Supram Sul de Minas. INDEFERIDO CONFORME PARE-CER ÚNICO DA SUPRAM SM.
 (a) Anderson Silva de Aguiar. Secretário de Estado Adjunto de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Presidente da Câmara Normativa e Recursal.

O Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM torna públicas as DECISÕES determinadas pela 29ª Reunião Extraordinária da Câmara de Atividades Minerárias - CMI, realizada no dia 27 de julho de 2018, às 9h., na Praça Rio Branco, nº 100, mezanino do Terminal Rodoviário Governador Israel Pinheiro, Centro, Belo Horizonte/MG, a saber: 4. Exame da Ata da 27º RO de 29/06/2018. APROVADA. 5. Processo Administrativo para exame de Licença Prévia: 5.1 Paracal - Paracatu Calcalrio Ltda./Fazenda Grutinha - Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil - Paracatu/MG - PA/Nº 07421/2012/001/2014 DNP Nº 83023/2009 - Classe 5. Apresentação: Supram NOR. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES, VALIDADE 05 (CINCO) ANOS. 6. Processo Administrativo para exame de Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação: 6.1 Arceclor-mittal Brasil S.A./Mina do Andrade - Unidade de Tratamento de Minerais (UTM), com tratamento à úmido - Bela Vista de Minas/MG - PA/Nº 00105/1998/026/2017 - Classe 5. Apresentação: SUPRAM L.M. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES, VALIDADE 06 (SEIS) ANOS.
 (a) Yuri Rafael de Oliveira Trovão. Presidente Suplente da Câmara de Atividades Minerárias - CMI.

27 1127509 - 1

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Norte de Minas torna público que foi alterada a razão social do empreendimento abaixo identificado:

1) De: Sandro Andrade Ferreira ME/Fazenda Brejo. CNPJ: 11.357.457/0001-74 - Para: Evangelista Alves Ribeiro - ME/ Fazenda Brejo. CNPJ: 21.314.653/0002-04 PT/Nº 19905/2016. Validade: Prazo remanescente.

(a) Clésio Cândido Amaral. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Norte de Minas.

27 1127504 - 1

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Zona da Mata torna público que foi finalizada a análise da Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/RAS abaixo identificada, com decisão pelo deferimento, cujo prazo de validade é de 10 (dez) anos:
 Deferida
 1.ISM Comercial Ltda ME – Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil – Porto Firme/MG. PA nº 1736/2014/002/2018. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES.
 (a) Ricardo Antônio do Nascimento. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM da Zona da Mata.

27 1127500 - 1